

Artigo

Do Escambo ao Cartalismo: teorias monetárias em Keynes e Friedman e as particularidades metodológicas

Wallace Alves Cearense³⁸

RESUMO

A partir do desenvolvimento da teoria do escambo em contraposição a teoria cartalista da moeda, o presente trabalho pretende demonstrar como pressupostos metodológicos impactam diretamente a conclusão de cada teoria. Além disso, coloca também em comparação a perspectiva monetarista em relação à keynesiana sobre a política monetária, de modo a ressaltar possibilidades que favoreçam um melhor entendimento dos efeitos reais dos impactos da política econômica.

Palavra-Chave: Escambo; Cartalismo; Economia Positiva; Indutivismo.

INTRODUÇÃO

A metodologia escolhida como modo de exposição do raciocínio científico é o que dá ao autor as estruturas para apresentar a teoria. Mesmo quando algo não é dito ou não aparece diretamente para o leitor, não trata-se de um elemento irrelevante, pode na verdade se tratar da espinha dorsal da teoria explicitada. Dessa forma, para que possa ser afirmado que conhecemos algo, isso implica em conceituar um objeto de acordo com a sua generalização em meio a outros objetos da mesma espécie. Embora esse objeto tenha em alguma condição detalhes únicos, para chegarmos até a definição de que o objeto é conhecido, é necessário que suas diferenças sejam esquecidas, generalizadas e abstraídas. Assim, o método escolhido define como o objeto analisado será posto em contraposição a outra abordagem teórica, tendo uma compreensão muito clara sobre a impossibilidade de pairar sobre todas as teorias de maneira neutra.

No decorrer deste trabalho, será feita uma análise de diferentes visões sobre o surgimento do dinheiro, abordando os fundamentos metodológicos sobre a sua origem, de modo a compreender quais os pressupostos que estruturam essas diferentes visões, ao passo que também será explicada perspectivas para um melhor entendimento operacional da política monetária.

1. DA VISÃO CONVENCIONAL À ABORDAGEM CARTALISTA DA MOEDA

Para toda exposição há parâmetros metodológicos que estruturam logicamente a ideias iniciais que

³⁸ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Conjuntura.

permitirão que o autor chegue a determinada conclusão.

Para a visão convencional que domina partes dos manuais e diversos departamentos de economia ao longo do mundo, a origem do dinheiro é sempre retratada a partir do escambo. Uma perspectiva herdada da célebre obra de Adam Smith, que tratou de sistematizar inicialmente a economia como ciência. Dessa forma, essa abordagem serviu como fundamento para que outros teóricos desenvolvessem diversos conceitos que permeiam a economia. Esse pressuposto é observado ainda nos capítulos iniciais da obra, de modo que o desenvolvimento lógico subsequente deriva desta afirmação, quando simplificada, o autor forma a sua explicação a partir do pressuposto de que os indivíduos possuem propensão natural a troca:

Certa tendência ou propensão existente na natureza humana que não tem em vista essa utilidade extensa, ou seja: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra. [...] essa propensão encontra-se em todos os homens, não se encontrando em nenhuma outra raça de animais, que não parecem conhecer nem essa nem qualquer outra espécie de contratos (SMITH, p. 89).

Descrito a partir do exemplo do açougueiro e do padeiro, Smith parte de subterfúgios metodológicos subjetivos sobre a natureza humana, que permitem isolar os indivíduos em torno de interesses particulares, os quais são atendidos no mercado, mesmo sem demonstrá-los. A partir da divisão do trabalho, o açougueiro produz um excedente com menor valor de uso que pode ser permutado pelo excesso de cerveja produzida pelo cervejeiro ou pela unidade a mais de pão feita pelo padeiro. Nessa lógica permutativa, emerge a necessidade de uma mercadoria autônoma para simplificar essas relações de trocas, de modo que inicialmente essas mercadorias são levadas ao mercado para serem trocadas por dinheiro, a mercadoria historicamente eleita, posteriormente trocada pela cerveja ou pelo pão que deseja obter o açougueiro.

Esses fundamentos explicitam a visão convencional sobre o surgimento do dinheiro de um ponto de vista escatológico, onde a sociedade primitiva, organizada no escambo, dá um salto evolutivo em degraus ao longo do processo histórico, elegendo por consenso uma mercadoria que simplifica as relações de transação entre os indivíduos, lubrificando as trocas e dando agilidade e atendendo a uma suposta propensão natural dos indivíduos.

Pela importância de Smith para o estudo da economia como ciência, a obra mencionada influenciou posteriormente outras correntes do pensamento econômico, como a *neoclássica*, de modo que os economistas signatários desta tradição, adotaram ideologicamente sem contestação as suas hipóteses básicas, como a propensão natural à troca. Esse é o caso de Carl Menger ao descrever que os indivíduos progridem a consciência sobre os seus interesses pessoais, a ponto de desenvolver a troca como forma de aumentar cada vez mais a possibilidade de maximização desses interesses. Algo naturalmente instaurado na forma de raciocinar o mundo:

O dinheiro não é um produto da convenção dos homens engajados em atividades econômicas, nem um produto resultado de atos legislativos. O dinheiro não é uma invenção dos povos. Foram indivíduos, membros de um povo, que, aumentando a consciência de seus interesses econômicos, adquiriram também a consciência de que a troca de mercadorias menos vendáveis (por outras de maior vendabilidade) representa um progresso notável na busca de seus interesses econômicos específicos, e assim surgiu o dinheiro em

numerosos centros culturais independentes entre si, acompanhando o desenvolvimento progressivo do dinheiro [...] (Menger, p. 378).

Subjacente aos pressupostos de Menger está uma visão de que o surgimento do dinheiro advém dos interesses econômicos e das necessidades dos seres humanos, progressivamente e historicamente determinado. Ele aparece como forma de sanar a necessidade de, no mercado, encontrar no ato do intercâmbio das mercadorias alguém que queira trocar a mercadoria A pela mercadoria B. Dessa forma, o dinheiro emerge como a mercadoria eleita para eliminar a dupla coincidência dos desejos para efetivação das trocas de objetos com baixo valor de uso para ambos trocadores. Ou seja, não há a necessidade de que dois comerciantes tenham objetos que interessem um ao outro simultaneamente quando surge a mercadoria-dinheiro, seja qual forma for. Nesse sentido, Smith A *Riqueza das Nações* (1776), assim como Menger no *O Principles of Economics* (1871) e no *Investigations into the method of the social sciences* (1883), explicam os fundamentos do dinheiro a partir de uma determinação específica sobre a natureza humana, hipótese fundamental para o desenvolvimento da teoria desses autores. Em outros termos, há de se perceber um esboço estratégico de metodologia *indutivista*. Na forma como exteriorizam pressupostos particulares para uma ideia de caráter geral, a ponto de generalizar uma visão específica sobre a natureza humana e o seu modo de se reproduzir em sociedade para todas as comunidades existentes, mesmo essa visão não sendo observada, como será descrito posteriormente.

Parte dos economistas estão convencionalmente habituados a analisar a dinâmica econômica sob esta lógica, composta por características subjetivas, como o naturalismo das trocas, da busca também natural do progresso/maximização dos interesses econômicos dos indivíduos. Há uma valoração dessa concepção lógica descrita por Menger, do tipo: o dinheiro emerge progressivamente das relações de escambo, perpassando pela forma *dinheiro-gado* nos tempos de Homero, até chegar nos metais de uso corrente devido às suas propriedades físicas e de baixo custo, descritas como forma de expressar o desenvolvimento escatológico desta teoria (Menger, p. 378).

Essa lógica convencional sobre o dinheiro e a sua origem, onde imagina-se que a partir dessas características inatas dos indivíduos, 20 galinhas são trocadas por uma vaca em qualquer canto da Terra, apaga as relações sociais existentes entre diferentes povos, e a possibilidade de descrever os fenômenos próximos da realidade concreta sobre a real forma de organização das sociedades, como é o caso dos *gunwingus* e dos *enhambiquaras*, dando um outro sentido para a sua reprodução como sociedade organizada sob parâmetros próprios, atrelados a guerra, paixão, aventura etc (Graeber, 2016, p.43). Portanto, nessa visão, há um curto-circuito histórico no seu arcabouço explicativo. Uma lacuna que, na verdade, dá as bases metodológicas para a explicação da teoria que domina a maior parte do estudo em economia *mainstream* mesmo com as suas limitações explicativas para descrever como os fenômenos da economia ocorrem.

Por outro lado, há outra forma de observar o mesmo fenômeno, que busca na interação social e na capacidade discricionária do Estado uma explicação alternativa, a partir de possíveis atos sociais que Menger decidiu não investigar. Esse é o caso da *teoria Cartalista*, que viu nas talhas das sociedades

palacianas antigas uma outra perspectiva, de modo a inverter completamente a lógica de observação das origens do dinheiro. Uma talha era emitida pelas autoridades que frequentemente necessitavam de impor legislação forçosamente, de modo a coagir a população com severas penalidades a usar esses instrumentos que desenvolviam características e formas da moeda (WRAY, p. 63-64). Essa dinâmica foi observada no cerne da organização militar dessas sociedades palacianas que necessitavam de algum lastro para a realização do comando sobre mercenários para atividades de guerra. Emitia-se, então, as talhas como uma maneira de pagar pelos serviços militares prestados por mercenários. Após isso, passavam a circular de modo secundário nessas sociedades, servindo como meio de troca nas casas de compensação ou unidade de conta para saldar tributos com as autoridades:

Em vez de tentar localizar as origens da moeda num suposto mercado primitivo originalmente baseado no escambo, situamos suas origens no desenvolvimento da antiga comunidade palaciana, que era capaz de impor obrigações tributárias a seus súditos (WRAY, p. 61).

Nesse sentido, os economistas signatários da abordagem convencional olharam para essas casas e viram simplesmente o escambo e sustentaram todo o arcabouço dessa teoria em torno de hipóteses não verificadas. Consequentemente, essa visão ignora toda a natureza imbricada por trás das relações de poder das autoridades, representada a partir da emissão das talhas e o seu poder coercitivo para determinar a sua circulação. Logo, há poucos relatos de teorias tão fortemente refutadas e que mesmo assim se mantiveram intactas, e esse é o caso do convencionalismo sobre o surgimento do dinheiro, o qual se estivesse interessada em compreender os fatores históricos que embasam, na realidade, a sua emergência, pela natureza do curso forçado e legalmente estabelecido pela aceitabilidade do Estado como forma de saldar os tributos cobrados, teria fundamentos históricos para ser reescrita desde o início do século XX (GRAEBER, p.56), colocando por terra até mesmo os instrumentos e panoramas de modelos que fundamentam as decisões de política econômica, os quais se baseiam em funções específicas que perfaz a moeda.

Se fossemos avaliar a descrição dessas duas abordagens sob o ponto de vista *popperiano*, quanto à evolução das teorias científicas, o caso supraescrito demonstra uma incongruência. Por mais que a teoria do escambo seja fácil e logicamente intuitiva no encaixe sobre a observação e a decorrência da sua explicação, a ciência não deve percorrer por caminhos estreitos que impossibilite modificações por outras teorias, pois ocorre sempre a possibilidade de surgimento de uma teoria que a contradiga (CHALMERS, p. 81). Além disso, a forma como as teorias nas ciências sociais, sobretudo em economia, resistem a proposições teóricas de outras abordagens é fonte dos problemas que as distanciam da realidade, devido às limitações da realização de testes que possibilitem a constatação da veracidade dessas hipóteses modificadoras. Assim, resta apenas o bom senso e a honestidade de indivíduos e grupos de indivíduos quanto a adesão de diferentes perspectivas ao arcabouço teórico que está sendo atacado.

2. A LÓGICA DA POLÍTICA ECONÔMICA EM FRIEDMAN E KEYNES

Os pressupostos que fundamentam a Teoria Quantitativa da moeda (TQM) são longínquos e a construção deste arcabouço teórico contém elementos extremamente rudimentares dos aspectos fundadores do pensamento econômico. Desse modo, a fundamentação da TQM é dada no século XVI, ao apreender o funcionamento dos fenômenos ainda da idade média e das monarquias deste período. A TQM, tem como construção do seu núcleo a partir da dinâmica do sistema monetário desta época, partindo de visões ultra simplistas sobre os fenômenos econômicos, onde as autoridades recolhiam a massa monetária em ouro ou prata e devolvem para circular nos mercados com um percentual reduzido desses metais. Nesse sentido, essa teoria vigorou até o final do século XX, onde no seu arcabouço essa herança rudimentar foi conservada, e que influenciou os tomadores de decisões de política econômica e ainda persiste no imaginário popular quanto às medidas de expansão da base monetária e os efeitos dessa política sobre os preços relativos.

Conforme mencionado anteriormente, na perspectiva da TQM, a moeda é definida exogenamente pela autoridade monetária, que dá ao Estado um papel fundamental nesse processo por meio da política monetária, mesmo que inicialmente seja um sentido de expor as limitações no longo prazo de intervenção no lado real da economia. No modelo da TQM modificado por Irven Fisher e posteriormente desenvolvido por Milton Friedman, a base monetária é determinada fora do modelo, de modo que as variações no estoque de moeda, para os agentes surgem como um choque monetário. A formulação desse modelo é uma tautologia, ou seja, uma sequência lógica que permite prever as consequências econômicas, e o resultado matemático descrito de forma simplificada na equação:

$$MV = PY \quad (1)$$

M = total do papel moeda em poder do público;

V = velocidade de circulação do papel moeda em poder do público;

P = nível geral de preços;

Y = renda nominal;

$$\Delta M \rightarrow \Delta P \quad (2)$$

Sendo a velocidade da moeda e o crescimento da renda mantidos constante, de modo a assemelhar-se ao fenômeno físico da *lei da queda dos corpos* (FRIEDMAN, p. 177), nessa visão, um aumento da base monetária leva ao aumento direto dos preços, conforme descrito na equação (2). Em outras palavras, há um princípio metodológico de causalidade que expressa a *neutralidade da moeda* para interferir nas variáveis agregadas do lado real, restando apenas os efeitos inflacionários sobre o lado monetário.

Friedman escreve o artigo intitulado *A Metodologia da Economia Positiva* (1981) defrontando-se sobre problemas metodológicos da economia. Em sua dissertação, ao expor os argumentos do texto *The Scope and Method of Political Economy* (1891) de John Neville Keynes que separou o método da economia

em três frentes. Friedman versa sobre a dependência da *arte da economia* e *economia normativa* em relação a *economia positiva*. As duas primeiras tratam de como a economia deve ser, ou seja, segundo Friedman, essas duas formas se afastam do caráter científico. Disso, ocorre a necessidade das duas primeiras terem que partir de um certo conjunto de hipóteses da *economia positiva*. Sendo assim, as hipóteses dessa teoria assumem uma forma para se constituir um bom trampolim normativo que dá a direção preditiva da teoria. Essas hipóteses são substanciais para a realização de previsões ainda não observáveis sobre os fenômenos do mundo real que a teoria pretende explicar. Quanto maior a amplitude de fatos explicativos, maior será a validade da teoria (FRIEDMAN, p. 169). Essa é uma visão que dá a primazia de que quanto mais simples a teoria for para explicar os fenômenos, maior fecundidade ela terá. Dessa forma, o progresso da economia positiva deve subsidiar as diretrizes concretas para a realização de política econômica e o seu caráter normativo, sobre o que a economia deve ser e aos seus resultados ao final da esteira, mesmo que essa descrição tenha poucos mecanismos explicativos sobre a realidade e de como os fenômenos ocorrem no dia a dia.

Ao observar o modelo *monetarista*, o qual descreve os efeitos sobre a expansão da base monetária, é visível uma relação mecanicista, ao expor a trajetória do evento, ao passo que não explica os acontecimentos no espaço entre um ponto e o outro. Nesse sentido, sabendo que a procura e a oferta são as principais categorias para avaliar os preços relativos, de acordo com Friedman, não importa por qual motivo ocorra a elevação do nível dos preços, se esse aumento decorre de um fator específico da oferta ou de outro que exerça influência sobre a procura, tampouco quais são os seus mecanismos explicativos. Se em geral o aumento da base monetária leva ao aumento do nível dos preços, essa afirmação deve ser preservada na determinação de uma política monetária expansiva e isso basta para dar validade à teoria. Em outras palavras, mesmo partindo de pressupostos irreais, é o caráter preditivo da teoria que deve ser levado em consideração na determinação metodológica do *monetarismo*, dando o verniz *instrumentalista* realístico da *economia positiva*. Ou seja, de acordo com o exemplo da *lei da queda dos corpos* aplicado ao entendimento da economia descrita por Friedman, não importa as vicissitudes da pressão do ar se os corpos caem no vácuo numa velocidade relativamente constante, mesmo mínimas que sejam elas.

O motivo para essa conclusão, de acordo com o autor, verifica-se pela perspectiva de que os agentes não têm ilusão monetária, mesmo que no curto prazo haja algum impacto sobre a renda nominal, no longo prazo a racionalidade dos agentes com *expectativas adaptativas* permite que eles corrijam os efeitos iniciais da política monetária expansionista. Desse modo, o que ocorre é uma regressão à média do comportamento dos agentes, o que frustra a tentativa de impacto sobre a dinâmica econômica pretendida pela autoridade monetária. É como se o leiloeiro Walrasiano nunca parasse de trabalhar e os preços fossem ajustados quase que instantaneamente, o que expressa uma ineficácia da política monetária para influenciar positivamente a atividade econômica, tendo em vista os aspectos acomodativos dos agentes sobre os preços, quando há uma sinalização desse tipo de política ao prever essa relação direta entre a ação e os efeitos da política, segundo o paradigma monetarista.

Por outro lado, Keynes oferece mecanismos de complexidade para expandir a compreensão dos mesmos fenômenos analisados pela TQM, uma visão alternativa ao modelo, o qual é classificado pelo autor como extremamente simplista frente a complexidade do sistema econômico, apesar de toda a formalização matemática da teoria, como descrito no capítulo 21 da *Teoria Geral (TG)* ao tratar sobre os preços:

Grande parte da recente economia “matemática” não passa de um emaranhamento, tão impreciso quanto suas hipóteses iniciais, levando os autores a perder de vista, num labirinto de símbolos pretensiosos e inúteis, as complexidades e interdependências do mundo real (TG, p. 281).

Na abordagem keynesiana, há uma ruptura com os parâmetros clássicos, especialmente quanto à Lei de Say. Isso permite avaliar a economia de uma maneira mais profunda, pela possibilidade de visualização de recursos ociosos no tempo ao rejeitar uma visão estritamente mecanicista, ao se diferenciar da abordagem convencional que vê na moeda somente um lubrificante das trocas. Além disso, para o autor a moeda se aproxima da perspectiva do *Cartalismo* como unidade de conta, no sentido de que o Estado permite que as suas dívidas sejam saldadas em um padrão de preços específico, algo que inverte completamente a lógica interpretativa. Além disso, a moeda também tem a propriedade de reserva de valor, o que possibilita que o poder de compra seja conservado no tempo e assim permitindo a existência de um paradigma que analisa a economia em equilíbrio mesmo sem a plena utilização dos recursos, diferente do caso particular, conforme a lei de Say.

Ainda na teoria keynesiana, as propriedades fundamentais da moeda apresentadas ataca de frente a TQM, pois, pela função de reserva de valor há a possibilidade de permutação de ativos entre ativos monetários e ativos reais no longo prazo, os quais podem impactar a dinâmica da atividade econômica, diferente do que apresenta o monetarismo, além de que o dinheiro entesourado por fora dessa perspectiva pode ser convertido em investimento em um momento subsequente, contrariando a hipótese da moeda constante:

A proporção entre o montante da demanda efetiva e a quantidade de moeda corresponde muito de perto àquilo a que frequentemente se denomina a “velocidade-renda da moeda” — excetuando-se que a demanda efetiva corresponde à venda cuja expectativa motivou a produção, e não à renda efetivamente realizada, e, de outra parte, corresponderá à renda bruta e não à líquida. Mas a “velocidade-renda da moeda” não passa, em si mesma, de uma expressão que nada explica. Não há motivo algum para esperar que ela seja constante, pois ela depende, como vimos na análise anterior, de muitos fatores variáveis e complexos (TG, p. 282).

Nessa linha, o que o modelo keynesiano pede é uma complexificação do processo pelos livres caminhos que o aumento da quantidade de moeda pode percorrer e pelas diferentes funções que ela perfaz. Dessa forma, a maneira como ocorre o ajustamento de preços é completamente o oposto da visão monetarista, destaca o lado real da economia no processo de determinação dos preços, por exemplo, pelo conflito distributivo no ajustamento dos preços relativos. Nesse sentido, o sucesso de uma política monetária expansiva depende também da resolução do conflito distributivo na relação entre preços nominais e preços reais, sendo que a depender da força dos sindicatos para barganhar o aumento do salário real a política perde força. Ou seja, a eficiência da política está vinculada ao aumento da fatia da renda dos empresários para ser convertido em investimento pela comparação entre a taxa de juros

vigente e a eficiência marginal do capital. Assim, Keynes no capítulo 13 da TG, aborda a introdução da moeda no seu modelo:

Introduzimos, assim, a moeda em nosso nexos causal e podemos ter uma primeira ideia do modo como as variações na quantidade de moeda intervêm no sistema econômico. Contudo, se nos vemos tentados a considerar a moeda como a bebida que estimula a atividade do sistema, não nos esqueçamos que podem surgir muitos percalços entre a taça e os lábios (KEYNES, p. 178)

Diferente de Friedman que expõe no monetarismo uma estrita relação de causalidade entre os fenômenos descrito anteriormente, a partir de um *indutivismo* apoiado nas leis da física, os indícios que se pode observar a partir de Keynes ao visualizar a lógica construtiva da TG, é de uma pluralidade metodológica. No entanto, há um auxílio especial do *método indutivo* dividido em duas partes: 1) *indução pura*: da qual a generalização é obtida pela multiplicação de casos particulares; 2) *indução por analogia*: que se caracteriza pelas semelhanças e dessemelhanças entre os objetos que levam a generalização. De maneira complementar, Keynes se coloca como investigador da economia e como agente econômico (TERRA e FERRARI, p. 11-12), além de utilizar de forma proveitosa as experiências observadas no processo histórico, algo que possibilita relacionar os aspectos econômicos com os fenômenos da realidade, complexificando a explicação sobre a ocorrência dos fatos e tornando-se fonte indispensável para entender e expandir o seu entendimento e ser base para o desenvolvimento de novas teorias.

A incerteza é ponto central da teoria keynesiana, que oferece sustentação para a lógica desenvolvida na TG, pela impossibilidade de realização de cálculo probabilístico de fenômenos como se ocorrerá uma guerra mundial em 10 anos e quais serão as suas consequências sobre a economia. Isso significa que, a maneira como Keynes apreende a verdade no seu arcabouço teórico segue uma lógica oposta de Friedman, pois não descreve as ocorrências dos efeitos da política econômica como verdade inequívoca, do tipo — a expansão da base monetária leva ao aumento dos preços —, mas deixa em aberto as modificações futuras, pela perspectiva probabilística de que o Sol pode ou não nascer amanhã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHALMERS, A. F. **O que é Ciência afinal?**. São Paulo: Brasiliense, 1993. FRIEDMAN, M. A metodologia da economia positiva. Edições Multiplic, 1 (3), fev. 1981.
- FERRARI Filho, F.; TERRA, F. H. B. **Reflexões sobre o método de Keynes** (2016). Revista de Economia Política, vol. 36.
- FRIEDMAN, M. **A metodologia da economia positiva**. Edições Multiplic, 1 (3), fev. 1981.
- GRAEBER, David. **Dívida: os primeiros 5000 anos**. São Paulo: Três Estrelas, 2016.
- KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Juro do Emprego e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Tomo I.
- MENGER, Carl [1871]. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- WRAY, Larry Randall. **Trabalho e moeda hoje: a chave para o pleno emprego e a estabilidade dos preços**. Rio de Janeiro: UFRJ/Contraponto, 2003.